



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

O Ministério Público, com fulcro no artigo 47 da L.C. n.º 1/94 e no artigo 189 da Resolução TCDF n.º 38/90, vem, respeitosamente, requerer

REEXAME

da Decisão n.º 4589/2015, exarada no Processo TCDF n.º 5989/2011, autuado para análise e julgamento da Representação n.º 05/2011-MF, que trata da implantação da chamada “Quadra 500” do Setor Sudoeste, por nulidade absoluta, conforme a seguir exposto.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

I - DA ADMISSIBILIDADE

2. Preliminarmente, cumpre asserir ser cabível e tempestivo o presente recurso, em acordo com os artigos 47, *caput* e parágrafo único, e 34 da L.C. n.º 01/94, tendo sido a decisão recorrida proferida em Sessão Plenária do E. TCDF de 08.10.2015 (Sessão Ordinária nº 4816).

3. Tem legitimidade o Ministério Público para interpor o presente instrumento, nos termos dos artigos 47 e 33, *caput*, da L.C. n.º 01/94 e 99, IV; 188, II-“a” e 189 do RI-TCDF, com efeito suspensivo, consoante previsão legal.

II – DA DECISÃO RECORRIDA

4. É este o texto da decisão recorrida:

Decisão n.º 4589/2015:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer das manifestações acostadas às fls. 955/961; II – considerar procedentes os pedidos de fls. 896/908 e 920/928, formulados pela empresa Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários; III – revogar a cautelar concedida pela Decisão nº 766/2011; IV – manter o sobrestamento do feito em exame, conforme determinado pela Decisão nº 3441/2011; V – dar conhecimento desta decisão às denunciante, ao IBRAM e à empresa Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A.; VI – autorizar o retorno dos autos à SEACOMP, para acompanhamento da tramitação dos processos judiciais pendentes (Ações Cíveis Públicas nºs 30295-54.2011.4.013400 e 30296-39.2011.4.01.3400 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2010.00.2.014781-1). O Conselheiro PAIVA MARTINS apresentou declaração de voto, elaborada em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF.”



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

III – DA NULIDADE ABSOLUTA DA DECISÃO RECORRIDA

III.a. – DOS FATOS

5. O Processo TCDF nº 5989/2011 foi levado a julgamento pelo ilustre Relator do feito, Conselheiro Paulo Tadeu, sem intimação dos seguintes interessados em pauta de julgamento regularmente publicada: PróFederação em Defesa do Distrito Federal; Instituto de Desenvolvimento Regional Sustentável; Instituto Histórico e Geográfico do DF; e Associação do Parque Ecológico das Sucupiras, autores de denúncia juntada ao processo às fls. 821 e seguintes.

6. Em 28.04.2015, o E. Plenário assim decidiu (Decisão nº 1585/2015):

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do pedido de desistência do recurso de revisão formulado pela empresa OESTE SUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A, através de seu representante legal, fl. 879; b) da denúncia de fls. 821/835, adiando o exame de mérito em função do sobrestamento determinado no item III, “a”, da Decisão nº 3.441/2011; II – **autorizar: a) o ingresso dos autores da denúncia citada no item anterior como parte interessada no processo;** b) a ciência da recorrente; c) a ciência dos denunciante, informando-os de que futuras tramitações dos autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPUSH (www.tc.df.gov.br - Espaço do Cidadão - Acompanhamento por e-mail); d) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins, devendo encaminhá-los para distribuição a novo Relator, após cessados os motivos do sobrestamento determinado no item III, “a”, da Decisão nº 3.441/2011”.

7. Na Decisão nº 2683/2015, o E. TCDF abriu às mesmas partes o exercício do contraditório. No passo seguinte, contudo, deliberação do TCDF acerca dessas defesas, as partes foram surpreendidas com o julgamento, do qual não se publicou pauta, nem sequer foram elas notificadas.

8. Com a ausência de inclusão do Processo TCDF nº 5989/2011 em pauta, e não tendo sido regularmente intimados pelo E. Tribunal, deu-se julgamento do referido processo em 08.10.2015, e essas pessoas jurídicas ficaram impedidas de exercer seu direito constitucional de defesa, inclusive mediante sustentação oral.

9. A ausência de inserção do processo em lide em pauta de julgamento e a ausência de comunicação aos interessados de que o processo seria julgado resultou em prejuízo a esses interessados e ao processo, tendo a decisão do E. Plenário considerado procedentes os



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

pedidos de fls. 896/908 e 920/928, formulados pela empresa Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários, contrários aos interesses das partes prejudicadas; e revogado a cautelar concedida pela Decisão nº 766/2011.

III.b. – DO DIREITO

8. Assim dispõe a LO/TCDF:

“Art. 23. A citação, a audiência, a comunicação de diligência ou a notificação far-se-á:

I – mediante ciência do responsável ou do interessado, na forma estabelecida no Regimento Interno;

II – pelo correio, mediante carta registrada, com aviso de recebimento;

III – por edital publicado no Diário Oficial quando o seu destinatário não for localizado.”

9. O RI/TCDF assim normatiza:

“Art. 60. Em todos os processos de controle externo e de natureza administrativa, os interessados poderão, em todas as etapas do processo de julgamento, expressar a intenção de, pessoalmente ou por procurador credenciado, fazer sustentação oral, quando do respectivo julgamento.

“§ 1º **O Tribunal intimará o interessado, com antecedência mínima de dez dias, a data do julgamento.**

“§ 2º O interessado, ou seu representante legal, falará, sem ser aparteado, logo após a apresentação do relatório resumido e antes do voto do relator, por até quinze minutos, com direito a prorrogação por igual tempo, a juízo do Presidente.

“§ 3º Havendo pluralidade de responsáveis não representados pelo mesmo procurador, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre eles, podendo ser prorrogado, na forma do parágrafo anterior.

“§ 4º Quando não requerida a sustentação oral na forma do “caput” deste artigo, o interessado ou o seu procurador credenciado poderá manifestar essa intenção diretamente ao Presidente do órgão julgador na própria sessão de julgamento do processo, desde que ainda não iniciada a fase de discussão da matéria.



**Ministério Público do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

“§ 5.º É vedado na sustentação oral o acréscimo de razões ou documentos novos, admitido, contudo, o oferecimento de memoriais, com o fm exclusivo de melhor elucidar a matéria.

“§ 6.º Não haverá sustentação oral nos julgamentos de embargos de declaração, agravo e medida cautelar.

“§ 7º Durante a discussão e o julgamento, por solicitação exclusiva de Conselheiro, Conselheiro-substituto ou Representante do Ministério Público junto ao Tribunal, poderá ser concedida a palavra à parte ou a seu representante legal para estrito esclarecimento de matéria de fato”.

10. A ausência de pauta e de intimação regimental constituem falha insanável, que impediu não somente a defesa oral que as partes tencionavam apresentar, como a oportunidade de esclarecimento ao E. Plenário e ao MPC de matéria de fato; trata-se de falha culminante em nulidade absoluta.

11. Assim disciplina a matéria, também, o CPC, nos artigos 234 e seguintes. A ausência de citação ou intimação é causa de nulidade, voltando os autos ao *status quo ante*:

“Art. 249. O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos, ou retificados.

§ 1º O ato não se repetirá nem se lhe suprirá a falta quando não prejudicar a parte.

§ 2º Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta”.

12. Apesar de ser de lei e evidente a nulidade absoluta da decisão recorrida, citam-se as seguintes decisões do E. TCU, apenas a título de exemplificação da jurisprudência pacífica naquela casa, respeitante a vício na publicação de pauta:

“ACÓRDÃO Nº 9339/2015 - TCU - 2ª Câmara

“Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, ex-prefeito do município de São Gabriel da Cachoeira/AM (gestão: 2005-2008), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no exercício de 2006;

“Considerando que, por meio do Acórdão 2.672/2015-2ª Câmara, esta Corte de Contas julgou irregulares as contas do Sr. Juscelino Otero Gonçalves, com imposição de débito e aplicação de multa;



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

“Considerando que o nome da representante legal do responsável, Sra. Renata Braga de Alencar (OAB 6832/AM), não se fez constar do cabeçalho do Relatório e do Acórdão, no julgamento do feito;

“Considerando que a representante legal do responsável deixou de tomar conhecimento da data de julgamento do feito, visto que o seu nome não estava consignado junto ao número do referido processo, conforme a pauta publicada no Diário Oficial da União;

“Considerando, conforme bem destacou o MPTCU no Parecer à Peça nº 24, que o vício processual ora mencionado representou evidente prejuízo ao responsável, em face de inobservância aos princípios da publicidade, do contraditório e da ampla defesa, visto que o responsável ficou impossibilitado de eventualmente produzir sustentação oral na data da sessão de julgamento;

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento no art. 143, inciso V, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em declarar, de ofício, a nulidade do Acórdão 2.672/2015-TCU-2ª Câmara (Peça nº 21) e expedir a determinação abaixo, de acordo com o parecer emitido pelo Ministério Público:

1. Processo TC-013.493/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Juscelino Otero Gonçalves (CPF 160.832.022-72).

1.2. Órgão/Entidade: Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

1.6. Representação legal: Renata Braga de Alencar (6832/AM-OAB), representando Juscelino Otero Gonçalves.

1.7. Determinar que o Gabinete do Relator a quo adote as medidas necessárias ao novo julgamento do feito.”



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

“AC-4599-28/15-1

Voto:

(...)

“Conforme historiado no relatório que compõe esta deliberação, o TCU considerou procedente a representação, determinando a rescisão do convênio impugnado (Acórdão 4.282/2012-TCU-2ª Câmara). Todavia, tal deliberação foi tornada insubsistente dada a ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa caracterizada pela omissão, na publicação da pauta de julgamento, do nome do advogado regularmente constituído (Acórdão 3.000/2013-TCU-2ª Câmara).

(...)”.

“AC-1878-30/15-P

VOTO

Conforme detalhado no relatório que acompanha este voto, o Acórdão 1.734/2014-TCU-Plenário apresenta vício insanável caracterizado pela ausência, na pauta de julgamento da deliberação recorrida, do nome do advogado constituído nos autos.

De relevo resgatar como a legislação aborda o tema:

"Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação." (Código de Processo Civil)

"Art. 40. Havendo advogado constituído nos autos, o gabinete do relator deverá consignar obrigatoriamente seu nome e o respectivo número de inscrição na OAB na lista destinada à constituição de pauta a ser publicada no Diário Oficial da União ou no Boletim do Tribunal de Contas da União." (Resolução-TCU 164/2003)

A análise da peça 80 revela que não constaram da Pauta 24/2014 da Sessão Ordinária do Plenário de 02/07/2014 informações sobre os advogados, desconsiderando-se, portanto, as procurações acostadas às peças 17 e 26.

Além de violar os dispositivos transcritos, a omissão dos nomes de advogados legalmente constituídos na publicação da pauta representa prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório, vez que o responsável fica tolhido em seu direito de requerer sustentação oral e de apresentar memoriais previamente à sessão.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

Em situações similares, a jurisprudência do Tribunal é pela declaração de nulidade absoluta da decisão (Acórdãos 354/2015, 3.438/2014, 449/2014 e 407/2013, todos do Plenário).

Manifesto-me, portanto, de acordo com a proposta da unidade instrutiva, acompanhada pelo MP/TCU.

Reconhecida, de ofício, a nulidade, impõe-se que o caso seja novamente levado à apreciação do Plenário - o que faço nesta mesma oportunidade, conforme precedentes (Acórdão 2.680/2015-TCU-2ª Câmara).

(...)

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de Evaldo Costa Gomes, ex-prefeito de Barra de Santa Rosa/PB, em decorrência de irregularidades verificadas na aplicação de recursos federais repassados no âmbito do Convênio 335/2007, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "a" e "d"; 19, caput; e 23, inciso III, alínea "a", todos da Lei nº 8.443/92; c/c os arts. 209, incisos I e IV, 210 e 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. reconhecer, de ofício, a nulidade do Acórdão 1.734/2014-TCU-Plenário, para torná-lo insubsistente;

(...)"

IV – DO PEDIDO

13. As falhas apontadas feriram de morte os princípios do contraditório, da ampla defesa e da publicidade, bem como dispositivos expressos do CPC, da LO/TCDF e do RI/TCDF, provocando prejuízo à parte, o qual somente pode ser reparado com a decretação de nulidade da decisão recorrida e o consequente retorno dos autos ao estado em que se encontravam anteriormente à mesma decisão.

14. Assim sendo, e em obediência ao artigo 189 do RI/TCDF, que impõe efeito suspensivo ao recurso de reexame, e para evitar fato consumado, requer o MPC que o E. Plenário:



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora Márcia Farias

- I- declare o efeito suspensivo do presente recurso;
- II- comunique às partes a interposição deste recurso e seu efeito suspensivo;
- III- mande processar e julgue o presente recurso, dando-lhe provimento, para reconhecer a nulidade da Decisão nº 4589/2015, voltando os autos ao estado em que se encontravam anteriormente a ela;
- IV- insira novamente os autos em pauta de julgamento, praticando os atos necessários ao cumprimento da lei.

De ressaltar que, por se tratar de nulidade absoluta, que pode, inclusive, ser declarada de ofício pelo E. Plenário, não há necessidade de abrir às partes o contraditório.

Nestes termos, pede e espera provimento!

Brasília, 26 de outubro de 2015.

Márcia Farias
Procuradora